

Pefelistas tentam penas alternativas para preservar o mandato de ACM

Partido conta votos no Conselho de Ética; para Agripino, questão é aritmética

"A Tarde"

Adriana Vasconcelos
e Maria Lima

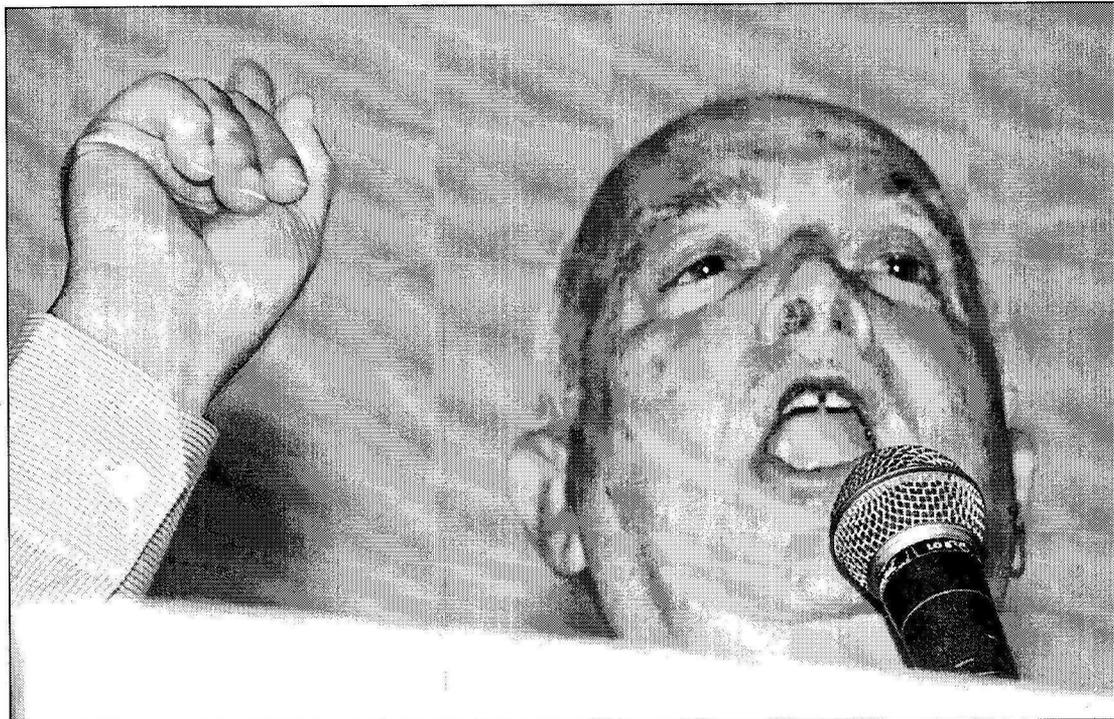
● BRASÍLIA. Empenhado na defesa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o PFL não quer correr riscos. O partido abriu o leque de propostas de penas alternativas à cassação e estuda cuidadosamente todas as possibilidades, inclusive a renúncia. Os aliados de Antonio Carlos estão se preparando para apresentar mais de um voto em separado na próxima quarta-feira no Conselho de Ética, propondo desde uma simples advertência até a suspensão de mandato por prazos diferenciados.

Na véspera da votação do relatório, a cúpula pefelista fará uma última contagem de votos para avaliar se terá ou não como barrar a cassação no conselho. Se não houver absoluta certeza de que um dos votos em separado pode ser aprovado no lugar do relatório do senador Saturnino Braga (PSB-RJ), a decisão sobre a renúncia pode acontecer antes da votação no conselho.

— A questão é aritmética. Na terça-feira à noite serão checados cuidadosamente com quantos votos o senador Antonio Carlos poderá contar e avaliar se dá para fugir da cassação — explicou o senador Agripino Maia (PFL-RN).

Início do processo de cassação é dúvida

A dúvida do PFL é saber se a aprovação do relatório de Saturnino, que propõe a cassação de Antonio Carlos e do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF), inviabilizaria a renúncia dos dois até a deliberação do processo na Mesa. O temor é que um questionamento jurídico ou regimental comprove que o processo de cassação se inicia imediatamente após a aprovação do relatório no conselho. O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), tem dúvidas sobre o rito e pediu o pa-



ACM DISCURSA numa solenidade em Feira de Santana, Bahia: ele confia num julgamento isento da Mesa

recer da assessoria jurídica da Casa. Se a dúvida persistir e o PFL considerar que será difícil barrar a aprovação do relatório de Saturnino, é possível que o partido aconselhe o senador baiano a renunciar antes da votação da próxima quarta-feira. Isso para que ele não corra risco de perder os direitos políticos e possa disputar o governo da Bahia no próximo ano.

Disposto a lutar até o fim e esgotar todas as alternativas, Antonio Carlos se recusa a falar em renúncia por enquanto.

Mesmo que o relatório de Saturnino seja aprovado no Conselho de Ética, ele acha que terá chances de reverter a situação quando a Mesa do Senado for decidir se aceita ou não o pedido de abertura de processo de cassação. Ele acredita que a Mesa possa vir a adotar um dos votos em separado. O secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, confirmou que os membros da Mesa não estão presos a nada: tanto podem acatar a recomendação do conselho, como rejeitá-la ou até modificá-la.

Em conversas reservadas, porém, Jader sinalizou que a Mesa deve manter a decisão do conselho. Antonio Carlos disse não temer o fato de seu destino acabar nas mãos de seu adversário político.

— Sou adversário do senador Jader Barbalho, ninguém ignora isso. Mas ele fez um discurso em que achava que o presidente do Senado não poderia procurar esse instante para se vingar. Isso me dá tranquilidade de um julgamento isento da Mesa — disse o senador baiano. ■